



PIRACEMA

Boletim da Assessoria Técnica Independente das Regiões 4 e 5 | Junho de 2026 | n° 19

- O potencial turístico das cachoeiras de Biquinhas e Morada Nova de Minas
- A juventude no território do Povo Indígena Kaxixó



▶ Fernanda Martins
e Kethelin Emanuele,
Ribeirão do Bagre,
Felixlândia

PAINEL DA REPARAÇÃO

ENTENDA AS DIFERENÇAS ENTRE OS ANEXOS DO ACORDO JUDICIAL DE REPARAÇÃO

O Acordo não resolveu toda a reparação. Ele se limita aos danos coletivos e difusos causados pelo rompimento.

Os danos individuais, como aqueles em que as pessoas atingidas têm direito à indenização, ficaram de fora do Acordo e sua resolução segue em debate na Justiça.

Anexo 1.1	Anexo 1.2 - PROGRAMA ENCERRADO	Anexo 1.3
Projetos de demandas das comunidades e linhas de crédito e microcrédito	Programa de Transferência de Renda (PTR)	Fortalecimento de políticas públicas nos municípios atingidos
3 bilhões de reais	4,4 bilhões de reais	2,5 bilhões de reais
<p>Seu principal objetivo é garantir recursos para projetos definidos diretamente pelas pessoas atingidas, a partir da participação popular e do protagonismo comunitário.</p> <p>Esse anexo é frequentemente compreendido como um dos instrumentos mais importantes do Acordo, pois é o único que prevê a participação direta das comunidades atingidas nas decisões.</p>	<p>O objetivo do PTR era garantir apoio financeiro de urgência às pessoas atingidas pelo rompimento da barragem, considerando os impactos econômicos, sociais e produtivos sofridos nos territórios atingidos.</p> <p>Como as condições de vida nas comunidades ainda não foram restauradas, associações conquistaram na justiça a criação de um Novo Auxílio Emergencial que está sendo pago, a contragosto, pela Vale todos os meses.</p> <p>Atenção: o Auxílio NÃO É a continuidade do PTR e não faz parte do Acordo.</p>	<p>Seu principal objetivo é fortalecer estruturas e políticas públicas e ampliar a capacidade de atendimento dos municípios atingidos (diferente do Anexo 1.1, que é voltado apenas para as comunidades atingidas).</p> <p>Os recursos deste anexo foram direcionados a diferentes áreas de políticas públicas, por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ saúde; ▶ educação; ▶ assistência social; ▶ infraestrutura urbana e rural; ▶ mobilidade; ▶ segurança pública; ▶ entre outros.



Quer saber mais sobre o Acordo e entender também o Anexo 2, que trata da Reparação Socioambiental? Assista ao vídeo completo no nosso canal no Youtube acessando o QR Code.

<https://www.youtube.com/watch?v=nhw-Up3Tnxo>

EXPEDIENTE



JORNALISTA RESPONSÁVEL: Mathias Botelho MTB 10126/PR | TEXTOS JORNALÍSTICOS: Laura Garcia, Mathias Botelho e Natália Ferraz | DIAGRAMAÇÃO: Matheus Ferreira | REVISÃO: Laura Garcia, Joana Tavares e Mathias Botelho | COORDENAÇÃO DA COMUNICAÇÃO DA ATI PARA OPEBA: Joana Tavares | FOTOGRAFIA DA CAPA: Paulo Marques

Instituto Guaicuy: Rua Brasópolis, 109 - Floresta, Belo Horizonte | CEP: 30150-170 | (31) 3024-9460
 Contato para pessoas atingidas: (31) 97102-5001 | contato@guaicuy.org.br
 LEIA TAMBÉM PELA INTERNET: www.guaicuy.org.br | [f/institutoguaicuy](https://www.facebook.com/institutoguaicuy) | [@institutoguaicuy](https://www.instagram.com/institutoguaicuy)

A JUVENTUDE NO TERRITÓRIO DO POVO INDÍGENA KAXIXÓ

Rayssa Aparecida Silva Lima vive na Aldeia Capão do Zezinho, localizada em Martinho Campos, e tem 21 anos de idade.

Ela falou um pouco sobre sua história e sobre a luta de seu povo, que também foi atravessada pelo rompimento da barragem da Vale. Confira alguns trechos a seguir:

Como é crescer e viver no território Kaxixó?

Crescer no território Kaxixó foi essencial, porque foi onde eu tive a presença da minha cultura e das minhas raízes. Eu tinha uma ligação muito forte com o Rio [Pará], porque a gente sempre estava lá, na minha infância principalmente. A gente tinha os movimentos culturais, a gente tinha a pesca envolvida na percepção de vida. E hoje não é tanto, por causa das situações.

Viver aqui, tanto antes quanto agora, também é uma questão de extrema segurança. É um lugar mais isolado, a comunidade é conjunta, então a gente tem segurança. É um ambiente perfeito, porque você tem contato com a natureza. E é o que eu quero para minha filha também: eu quero que ela cresça aqui, assim como eu tive essa oportunidade. O território e a cultura me transformam.

O que você deseja para o futuro do território Kaxixó?

Sonho com as nossas terras demarcadas, pra gente poder cuidar do Cerrado novamente. Pra gente ter onde morar, porque com o território não sendo demarcado, pra gente construir casa aqui dentro da comunidade, temos que comprar terreno com fazendeiros nas proximidades. É um absurdo você estar dentro de uma comunidade indígena, as pessoas da comunidade indígena trabalharem pra esse fazendeiro, e, mesmo assim, você ter que comprar terras por um valor bem considerável, pagando para o fazendeiro por terras dentro da nossa aldeia. Eu acho uma exploração gigantesca.

O meu sonho é ter essas nossas terras. Para a gente construir as nossas residências, para a gente



Foto: Pictus Postbeat

ter os nossos rituais de forma mais segura, para a gente fazer a recuperação do nosso Cerrado, para a gente recuperar novamente os animais que eram mais abundantes e hoje já não são tantos, pela questão do desmatamento. É a gente recuperar novamente os peixes dos nossos rios, porque é algo muito sagrado, e também a gente ter de volta as nossas nascentes.

Eu moro perto do Córrego, aqui debaixo da casa da minha avó tem um. Quando está na época de chuva, é a coisa mais maravilhosa que tem, você escutar o barulho do Córrego. Eu escutava antes, quando eu era nova, tinha água correndo. Era muita água que corria, e hoje em dia já não tem tanto, por causa da plantação de eucalipto que acaba atrapalhando e secando as águas.

Meu sonho é ver novamente o nosso redor reflorestado, para que a gente tenha novamente as nossas riquezas cuidadas pelo povo Kaxixó. Que a espiritualidade também nos guie para isso, porque é um caminho difícil. Meu sonho é que isso seja reconquistado para as gerações futuras, como a da minha filha e dos novos Kaxixó. Que eles tenham essa presença da cultura dentro da mata, dentro do território sagrado e que as vivências sejam continuadas.



Acesse o site do Guaicuy para ler a entrevista completa:

<https://guaicuy.org.br/entrevista-a-juventude-no-territorio-do-povo-indigena-kaxixo/>

Fernanda, conta para os leitores sua história aqui no Ribeirão do Bagre?

Eu vim para Felixlândia com 14 anos. A minha profissão, na verdade, é enfermeira pediatra e cuidadora. Mas meu pai sempre estava precisando de mão de obra, e como eu nasci dentro de fazenda, eu gostava disso, de mexer com bicho. Amo de paixão, tanto que tenho uma fazendinha ali na minha casa. Eu vinha para ajudar meu pai de 15 em 15 dias, aí fui vendo que estava mais fácil ficar por aqui. E nessa de vir ajudar meu pai, conheci o meu abençoado, que trabalhava na fazenda ao lado, e estou com ele até hoje. Ele e meu pai trabalham até hoje na mesma área. E eu amo a minha profissão, mas se mandar largar tudo para mexer com bicho, é só me chamar que eu estou lá. Gosto demais!

A casa aqui atrás é do seu João Baiano e da dona Deolinda, os filhos deles são meus vizinhos. Dona Deolinda é a mãe que a gente tem aqui. Seu João faleceu, infelizmente, deixou muita saudade. Mas no dia 24 de junho, que é dia de São João, tem a fogueira dele aqui. É tradição, a família pega tora de lenha, o pessoal traz e faz a fogueira para ele. Não deixam passar o São João sem a fogueira dele de jeito nenhum. É muito memorável, uma recordação enorme.

E Felixlândia, sei que é pelo nome do Padre Félix, mas o nome Felixlândia, todo mundo fala “é um nome feliz”. No final de semana a gente foi a Belo Horizonte, a menina perguntou “você é de onde?” e eu respondi “de Felixlândia”. Ela falou “nossa, então é por isso essa felicidade toda! Felixlândia, de feliz, né?”.

E quais foram os impactos do rompimento da barragem da Vale aqui no bairro?

Para a gente foi um baque muito grande, principalmente para os pescadores. A gente sente falta até de ir tomar banho, antigamente eram ônibus e ônibus. Felixlândia sempre foi uma cidade turística, o pessoal vinha de longe para ir na represa tomar banho. Por ser uma cidade de turista e de pescadores, a gente sentiu muito forte, porque a nossa geração de renda foi devastada. Tanto que muita gente foi embora, procurar serviço fora. Só ficou mesmo a área de fazendas.

E as pessoas que vêm trabalhar aqui, essas empresas grandes que vêm para Felixlândia trazem as pessoas de fora. As mulheres que tinham o serviço de ir para a beira d'água para ajudar os maridos a pescar, e mesmo as pescadoras, tiveram que parar também.

“A NOSSA COMISSÃO É DE GENTE QUE QUER E TENTA AJUDAR”

Fernanda Martins é enfermeira, mãe orgulhosa de Kethelin Emanuele e apaixonada por animais. Ela e o pai, Germano Meneses, fazem parte da Comissão Atingidos do Bagre.

Foto: Paulo Marques/Guaicuy

Então o que tem mais é faxina para mulher, e para homem é serviço braçal, de fazenda. Então o pessoal ia atrás [do Programa de Transferência de Renda] para ajudar na renda, porque não tinha de onde tirar dinheiro. Porque ficou muito devastado mesmo de emprego.

Como você e sua família se aproximaram da luta por reparação e da Comissão Atingidos do Bagre?

Minha vizinha falou: “Fernanda, tem uma reunião, você e seu pai querem participar?” e me disse que era sobre a Vale, que o pessoal ia vir apresentar o que estava acontecendo e ser nosso apoio aqui em Felixlândia. Falei com meu pai e a gente foi. Tiraram muitas dúvidas, tentaram explicar tudo da melhor forma possível. A gente estava com muita sede de saber o que estava acontecendo, por que a gente estava sendo privado de fazer tanta coisa que a gente gostava, por que a gente perdia tanto turista, por que a gente perdia tanto contato com o mundo lá fora.

E foi onde falaram sobre ter uma Comissão, explicaram que seria uma forma de conseguir mais respostas. Eu sou só um pedacinho, mas estou tentando ajudar como posso. E agradeço a cada um que bateu palminhas lá e me elegeu. Depois o meu pai entrou, porque às vezes eu não podia ir nas reuniões, mas ele podia.

A nossa Comissão é tipo família. Porque a gente se vê na rua, brinca, conversa, a gente não se encontra só lá. A gente passou a conhecer um ao outro bem. Até mesmo na nossa feira aqui, a gente viu como é bom conhecer mais o nosso vizinho. Virou um bairro onde um conhece o outro, cumprimenta, conversa.

Queremos saber mais sobre a feira!

Vai acontecer outra?

A Cristiana, que está à frente, e os demais feirantes aqui da nossa comunidade estão querendo fazer outra, até querem fazer a cada quinze dias. A Comissão está tentando um lugar para fazer um galpão, onde pode ter cursos, fazer a feira. A gente tem uma rede de apoio que está tentando encarar isso com muita vontade. A nossa Comissão é de gente que quer e tenta ajudar!

Aqui tem muita gente que sabe fazer as coisas. Tem salgadeira, tem a Angeli-ta, que faz tempero, a Flávia, que vende artesanato – ela corta vidro, é muito interessante! Eu mesma não sabia que tinha tanto feirante assim, que sabiam fazer tanta coisa aqui no bairro.

EU SOU SÓ UM PEDACINHO, MAS ESTOU TENTANDO AJUDAR COMO POSSO

A NOSSA COMISSÃO É TIPO FAMÍLIA. PORQUE A GENTE SE VÊ NA RUA, BRINCA, CONVERSA, A GENTE NÃO SE ENCONTRA SÓ LÁ. A GENTE PASSOU A CONHECER UM AO OUTRO BEM



Foto: Paulo Marques/Guaicuy

Fernanda com seu pai Germano e sua filha Kethelin

E a Comissão já tem planos para os projetos comunitários do Anexo 1.1? O que vocês têm elaborado sobre isso?

Tem, e muito! Nosso projeto tem totalmente a ver, porque o Anexo 1.1 tem a finalidade de trazer renda para a cidade e para os moradores daqui. A gente teve até um último encontro sobre isso, para selecionar e jogar no papel, porque planos para cá a gente tem vários. A feira é um deles, os cursos para as nossas crianças, que estão crescendo e vão precisar de renda também, vão precisar trabalhar.



Foto: Acervo pessoal

RETOMADA PELAS ÁGUAS

Para as populações de Biquinhas e de Morada Nova de Minas, um delicioso banho de cachoeira pode significar mais do que renovação física e energética. O aproveitamento turístico das belezas naturais pode trazer também renovação socioeconômica para a população da cidade, que foi afetada pelo desastre-crime da Vale em 2019.

Cleber Alcino da Silva conta que ele conhece aproximadamente dez cachoeiras em Biquinhas, todas acessíveis por trilhas. Em duas delas, dá para chegar de carro e tomar banho em seus poços. No entanto, ele considera que não existe, hoje, aproveitamento turístico desses recursos.

Para que isso aconteça, é preciso que sejam elaborados projetos para investir na infraestrutura da cidade e na divulgação, como a criação de um portal regional com informações sobre passeios. “A cidade não está preparada para receber turismo, porque não tem acomodações, pousadas. Acredito que faltam projetos de incentivo, até mesmo infraestrutura mínima, como, por exemplo, placa de sinalização indicando os locais”, Cleber afirma.

Para José Maria de Souza, que é de Morada Nova de Minas, a questão da sinalização é o primeiro ponto que precisa ser resolvido, pois as pessoas ficam

sem referência para chegarem às cachoeiras ou até mesmo se perdem na região. Antes de um trabalho de divulgação, que ele considera importante, seria necessário planejar uma rota de turismo, inserir placas indicando os locais e as distâncias e produzir materiais como grandes mapas e panfletos.

Cleber destaca que o desenvolvimento de um turismo sustentável pode trazer retorno financeiro para a população, seja para os proprietários das áreas onde estão localizadas as cachoeiras, seja para pessoas no ramo da hospedagem, do turismo gastronômico, etc. “O turista deixa um dinheiro limpo com uma pegada ecológica bem reduzida, se bem estruturada”, explica.

José Maria também menciona como o aumento de movimento pode trazer retorno financeiro para pequenos produtores da região: “tem gente que vende queijo, outros vendem ovos, galinhas. Aqui a gente tem vontade de vender, por exemplo, frutas, mudas de plantas...”, conta.

Uma das formas de conseguir iniciar esse caminho de aproveitamento do potencial turístico das cachoeiras é por meio do Anexo 1.1 do Acordo de Reparação. Segundo José Maria, isso já tem sido discutido em sua comunidade. Resta, portanto, que a população possa transformar o desejo de renovação em projetos concretos, permitindo que a riqueza natural das águas de Biquinhas e Morada Nova de Minas tragam a esperada recuperação socioeconômica para a região.

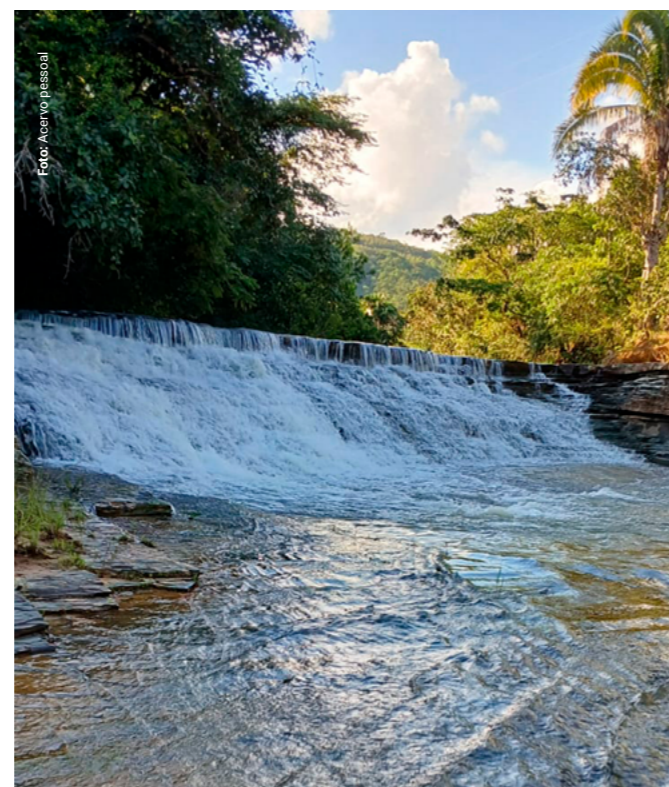


Foto: Acervo pessoal



AMIZADE, REZAS E RAÍZES

*Conversa com dona Lúcia e seu Manuelino,
da Cachoeira do Choro*

Foto: Paulo Marques/Guaicuy

Manuelino Luiz da Silva, de 91 anos, e Maria Lúcia Machado (tia Lúcia, como a conhecemos por aqui), de 79, são amigos há mais tempo do que podem lembrar. “Ele é casado com minha irmã de criação. Nós fomos criados todos juntos, só que eu era de lá e ele de cá”, conta dona Lúcia, apontando na direção do Rio. Hoje, seu Manuelino mora em Paraopeba com um dos filhos.

Debaixo de uma goiabeira, no quintal de dona Lúcia, conversamos sobre as rezas e o ofício de benzer que os tornaram conhecidos na Cachoeira do Choro, comunidade de Curvelo. Seu Manuelino conta que aprendeu tudo com a mãe. “Foi ela que me ensinou. Enquanto vivo estiver, se Deus quiser, que eu cumpra o meu dever”, diz ele. Dona Lúcia lembra “ele benzia de dor de dente, você vê que hoje não existe isso mais. O irmão dele benzia de dor de dente, batia a faca e o dente da pessoa estourava, acredita? Estourava mesmo, é verdade”.

Dona Lúcia também aprendeu com a mãe a benzer. “Quebrante, espinhela caída, constipação, essas coisas”. Ela conta diversas histórias de crianças salvas pelas rezas e chás preparados na roça. “Minha mãe era parteira. Se tivesse que ganhar menino, chamava ela e ela ia. Porque as mulheres iam ganhar menino na roça, não era no hospital, não.”

Dona Lúcia relembra as dificuldades de viver na roça em tempos mais precários, mas valoriza o conhecimento conquistado. “Todos os serviços de roça, tudo eu já aprendi. Sei fazer cobertas, fazer tinta de pau para tingir as linhas, pentear. Já criei um carneiro pra tirar a lã”, conta. Seu Manuelino afirma com orgulho que trabalhou a vida toda na terra. “Até hoje capino, gosto de plantar”, diz ele. “Em Paraopeba, tenho uma horta com verduras: couve, planta remédio, cebolinha. Tem tudo lá na casa do meu menino. Eu sou do campo, gosto de plantar”.



Seu Manuenilo e dona Lúcia, amigos há décadas

Foto: Paulo Marques/Guaicuy

GLOSSÁRIO

PROJETOS DE DEMANDAS DAS COMUNIDADES

PARTE 2

Controle social É a participação da sociedade na administração dos projetos e programas do Anexo 1.1. O povo deve tomar decisões, acompanhar e fiscalizar a gestão dos recursos, a fim de garantir o bom uso destes em prol das comunidades.

Banco Comunitário Experiência da economia solidária voltada para o desenvolvimento local. Pode ceder empréstimos em moeda social. A implementação e os critérios de funcionamento serão definidos nos Conselhos Regionais.

Moeda social Emitida por um banco comunitário, pode ter formato físico ou digital (como um cartão ou aplicativo). Circula paralelamente, não substitui o Real. O objetivo dela é fazer o dinheiro circular dentro da comunidade, fortalecendo a economia local.

O **Anexo 1.1** do *Acordo Judicial de Reparação* destina R\$3 bilhões* para **projetos de demandas das comunidades** e linhas de **crédito e microcrédito solidário** para pessoas atingidas. Para participar dessa discussão tão importante, é preciso estar por dentro de alguns conceitos.

* No *Plano Piloto*, primeira leva de projetos, serão utilizados 10% desse recurso.

Fundo Rotativo Solidário Fortalece a economia nas comunidades por meio de “poupanças” (fundos) comunitárias, que funcionam em rotatividade. O objetivo é que todas as pessoas envolvidas acessem esses fundos, e à medida que uma pessoa paga de volta ao fundo comunitário o recurso que recebeu, outras possam acessar.

Câmara Técnica e de Demandas Formada pela Entidade Gestora, pessoas indicadas pelos Conselhos Regionais, Instituições de Justiça e representação dos municípios (quando solicitada sua participação). Não tem função deliberativa, mas será responsável por apoiar a elaboração de diretrizes e editais das medidas do Anexo 1.1. Quando necessário, fará articulações para implementação de projetos que exigem serviços, autorizações e/ou obras públicas para sua execução adequada.

Plano participativo de Reparação e Desenvolvimento Processo técnico e participativo para definir os projetos e linhas de crédito do Anexo 1.1. A construção envolve a elaboração dos planos para orientar a primeira e segunda ondas de projetos dos Conselhos e Setores nos próximos anos.



Fonte: Proposta Definitiva do Anexo 1.1 disponível em mg.caritas.org.br

Para acompanhar os projetos e a definição das linhas de crédito e microcrédito solidário do Anexo 1.1, mantenha contato com o **Conselho ou Setor** que representa a **sua comunidade!**